



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/07/2013

INDICE

| | |
|------------------------------|-------|
| 1. JORNAL A TARDE | |
| 1.1. AÇÕES TJMA..... | 1 |
| 1.2. COMEÇAR DE NOVO..... | 2 |
| 1.3. VARAS CRIMINAIS..... | 3 |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 2.1. COMEÇAR DE NOVO..... | 4 - 5 |
| 3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 3.1. ASSESSORIA..... | 6 |
| 3.2. DESEMBARGADORES..... | 7 |
| 4. JORNAL O QUARTO PODER | |
| 4.1. AÇÕES TJMA..... | 8 |
| 5. JORNAL PEQUENO | |
| 5.1. ASSESSORIA..... | 9 |
| 5.2. AÇÕES TJMA..... | 10 |
| 5.3. PUBLICIDADE LEGAL..... | 11 |
| 5.4. SEM ASSUNTO..... | 12 |

TJMA INSTALA TURMA RECURSAL DE BALSAS NESTA SEXTA-FEIRA (5)



O Poder Judiciário instala nesta sexta-feira (5), em Balsas, distante 850 Km de São Luís, a oitava Turma Recursal (TR) Cível e Criminal. O ato será presidido pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Além de Balsas, a TR vai julgar recursos em processos dos juizados de 13 comarcas da região sul do Estado, incluindo Alto Parnaíba, Barão de Grajaú, Bendito Leite, Carolina, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Pastos Bons, Riachão, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso.

A Turma funcionará no Fórum de Balsas (Av. Dr. Jamildo, s/nº, Potozi), tendo como presidente o juiz Marco André Tavares Teixeira (2ª Vara de Balsas), Edmilson da Costa Lima (Juizado Especial) e Marzurkiévcz Saraiva de Souza (Comarca de Carolina).

JUDICIÁRIO FACILITA EMISSÃO DE DOCUMENTOS PARA MAIS DE 3 MIL APENADOS



Mais de 3 mil apenados do sistema carcerário do Estado terão a chance de regularizar seus documentos civis. A ação faz parte da Semana de Documentação promovida pelo programa Começar de Novo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Em 2012, o Poder Judiciário garantiu a emissão de 485 documentos a detentos de unidades de São Luís, por meio do convênio celebrado entre o TJMA e a Sejap.

Na capital, 500 detentos terão acesso ao RG, CPF, carteira profissional e título de reservista. Para facilitar a emissão, uma unidade móvel do programa Viva Cidadão permanecerá no Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas até a próxima sexta-feira (5).

A previsão é que todo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas seja atingido. As unidades do interior também serão contempladas até o final de julho, segundo estimativas da Sejap.

1ª VARA DE CODÓ REALIZA SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NESTA QUINTA

A 1ª Vara da Comarca de Codó realiza, nesta quinta-feira (04), Sessão do Tribunal do Júri presidido pelo titular da unidade, juiz Rogério Pelegrini Tognon Rondon. O julgamento acontece no Salão do Júri do Fórum Desª Etelvina Ribeiro Gonçalves, a partir das 8h30.

Judiciário facilita emissão de documentos para mais de 3 mil apenados

Mais de 3 mil apenados do sistema carcerário do Estado terão a chance de regularizar seus documentos civis. A ação faz parte da Semana de Documentação promovida pelo programa Começar de Novo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Judiciário facilita emissão de documentos para mais de 3 mil apenados

Mais de 3 mil apenados do sistema carcerário do Estado terão a chance de regularizar seus documentos civis. A ação faz parte da Semana de Documentação promovida pelo programa Começar de Novo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

Em 2012, o Poder Judiciário garantiu a emissão de 485 documentos a detentos de unidades de São Luís, por meio do convênio celebrado entre o TJMA e a Sejap.

Na capital, 500 detentos terão acesso ao RG, CPF, carteira profissional e título de reservista. Para facilitar a emissão, uma unidade móvel do programa Viva Cidadão permanecerá no Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas até a próxima sexta-feira (5).

A previsão é que todo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas seja atingido. As unidades do interior também serão contempladas até o final de julho, segundo estimativas da Sejap.

Apoiam as atividades as Secretarias de Estado de

Segurança Pública, Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, Exército e outras entidades ligadas à promoção da cidadania.

O coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, ressalta que o esforço dos órgãos parceiros é determinante para o sucesso da iniciativa.

"É uma ação que garante um direito de quem cumpre pena e abre oportunidades para que regularizem sua documentação", afirma o desembargador.

Para o secretário adjunto de Justiça da Sejap, Ribamar Cardoso Lima, de posse dos documentos necessários para identificá-lo, o interno pode ser incluso em ações de reintegração social, como cursos profissionalizantes.

Reginaldo Pereira, 36 anos, foi um dos contemplados com o documento. "Agora posso ter o medicamento que espero há bastante tempo. Antes nem podia consultar um médico. Vou poder tirar outros documentos também. Vi que sem documentos não sou ninguém", concluiu.

Bom trabalho

Formado em Jornalismo pela Unisinos (Rio Grande do Sul), o jornalista Antonio Carlos de Oliveira é o novo assessor-chefe de Comunicação da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

- **Confirmada para** o dia 17 a escolha do novo desembargador do Tribunal de Justiça pelo critério de merecimento. Tem 14 juízes inscritos.

Nesta sexta-feira

TJMA instala Turma Recursal de Balsas

O Poder Judiciário instala nesta sexta-feira (5), em Balsas, distante 850 Km de São Luís, a oitava Turma Recursal (TR) Cível e Criminal. O ato será presidido pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Além de Balsas, a TR vai julgar recursos em processos dos juizados de 13 comarcas da região sul do Estado, incluindo Alto Parnaíba, Barão de Grajaú, Bendito Leite, Carolina, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Pastos Bons, Riachão, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso.

A Turma funcionará no

Fórum de Balsas (Av. Dr. Jamildo, s/nº, Potozi), tendo como presidente o juiz Marco André Tavares Teixeira (2ª Vara de Balsas), Edmilson da Costa Lima (Juizado Especial) e Marzurkiévcz Saraiva de Souza (Comarca de Carolina).

Os suplentes são os juizes Luciane Cristina de Sousa Ferreira (1ª Vara de Balsas); Alessandro Arrais Pe-

reira (Riachão); José Augusto Sá Leite (São Raimundo das Mangabeiras).

Por meio da Resolução nº 56/2012, o Tribunal de Justiça reformulou a estrutura das turmas recursais no âmbito do Poder Judiciário, ampliando as unidades que existiam apenas em São Luís e Imperatriz, que acumulavam os recursos de todo o Estado.

■ TJ

O jornalista caxiense Antônio Carlos de Oliveira é o novo chefe de Comunicação da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Mais conhecido como 'Lua' pelos amigos conterrâneos, por onde passou Antônio Carlos exerceu com talento as funções que lhe encarregaram... Sorte nesta nova.

❖❖ O Poder Judiciário instala nesta sexta-feira (5), em Balsas, distante 850 km de São Luís, a oitava Turma Recursal (TR) Cível e Criminal.

❖❖ O ato será presidido pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 44/2013
Processo n° 20.228/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)**, Tipo **MENOR PREÇO**, por **LOTE (ÚNICO)**, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para Implantação de Projetos Integrados de Segurança Eletrônica das Comarcas do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – TJMA**, para readequações do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia **03/07/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília)** está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.

São Luís, 03 de julho de 2013.

Allyson Frank Gouveia Costa
Pregoeiro TJ/MA

Servidor ficha limpa

A Assembleia Legislativa aprovou definitivamente, ontem, o projeto de lei do deputado José Carlos que exige ficha limpa para os cargos comissionados na administração estadual. Um goloço contra a corrupção, se considerarmos que secretários de estado e secretários municipais condenados por um colegiado de Justiça por improbidade administrativa não mais poderão exercer essa função.

O projeto seguiu a Lei da Ficha Limpa que impede que pessoas condenadas por corrupção disputem cargos eletivos em todo o país. A lei Zé Carlos pode ter efeitos imediatos no Poder Judiciário aumentando o número de pedidos de condenação contra secretários estaduais e municipais. Serve, também, como reforço ao Ministério Público que assiste suas representações na Justiça em casos de improbidade se arrastarem indefinidamente em virtude de recursos e embargos que protegem os corruptos e estimulam a corrupção.

Não se pode omitir nesse momento que o cerco se fecha sobre a corrupção no país. O

Congresso Nacional está em vias de aprovar em definitivo projeto de lei oriundo do Governo Federal que transforma a corrupção em crime hediondo, visto que um combate mais efetivo à corrupção foi uma das principais exigências das multidões que saíram recentemente às ruas do país.

É o que talvez possamos chamar de “sinal dos tempos” em virtude dos variáveis meio de comunicação que reduzem drasticamente o universo de alienados e desinformados do país. É bom saber que existe agora uma lei capaz de fazer o servidor público se precaver de cometer qualquer ato de corrupção.

Os tempos são outros. Tanto que talvez nem o próprio deputado José Carlos esperasse pela aprovação tão rápida de um projeto tão polêmico, principalmente no Maranhão. O que falta agora é legislar para que tantos recursos protelatórios não continuem a garantir a impunidade dos corruptos no Brasil. O que, aliás, estão tentando conseguir, por enquanto inutilmente, com respeito aos réus do mensalão.
(JM Cunha Santos)